

POLÍTICA DE RELACIONAMENTO DO CORPO FUNCIONAL DA BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. COM AGENTES PÚBLICOS

1. Objetivo

A presente política define os termos que devem pautar o relacionamento dos integrantes do corpo funcional da BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. com agentes públicos, de modo a cumprir com a legislação anticorrupção e com o Programa de Integridade da BASIS.

2. Abrangência

2.1. Esta política se aplica a todo o corpo funcional da BASIS, assim abrangidos os colaboradores internos e externos, acionistas, diretores, conselheiros e administradores, bem como terceiros com as quais esta Companhia se relacione, especialmente os agentes públicos.

2.2. Para fins desta política, entende-se por agente público qualquer pessoa que exerça função pública, ainda que temporariamente, ou terceira pessoa com a qual mantenha relacionamento, compreendendo:

- a) pessoas que exerçam, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública, mesmo que licenciado, na Administração Pública direta ou indireta, de qualquer nível;
- b) ocupantes de cargos eletivos de qualquer nível e esfera de poder, assim entendidos como os agentes políticos;
- c) candidatos a cargos públicos e dirigentes partidários;
- d) membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e de Tribunais de Contas;
- e) diplomatas estrangeiros e funcionários de organismos internacionais; e
- f) funcionários de órgãos e entidades públicas de países estrangeiros.

2.3. Equiparam-se à condição de agentes públicos, para fins desta política, parentes de agentes públicos, até o terceiro grau.

3. Diretrizes gerais

3.1. A BASIS não tolerará a prática de qualquer ato ilícito em suas relações com a Administração Pública nacional ou estrangeira.

3.2. Nenhum colaborador deverá oferecer, prometer ou dar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida a agente público ou a qualquer pessoa com este relacionada com o propósito de:

- a) influenciar qualquer ato ou decisão;
- b) obter informação quanto a fato ou circunstância de que o agente público tenha ciência em razão de suas atribuições e que deva permanecer sob sigilo;
- c) obter a concessão de benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis;
- d) agilizar processos ou procedimentos ou de favorecer a análise de processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a obtenção de licenças, autorizações, permissões ou quaisquer outras providências de natureza regulatória ou de fiscalização.

3.3. O relacionamento com agentes públicos deverá ser pautado pela ética e transparência e em estrito cumprimento à legislação aplicável.

4. Treinamento específico

4.1. A BASIS deverá promover treinamento específico para os integrantes de seu corpo funcional que terão interação com agentes públicos.

5. Interação de terceiros com agentes públicos

5.1. A BASIS não autoriza que terceiros interajam com agentes públicos em nome desta Companhia, salvo se expressamente autorizados por instância superior, cabendo a este em caso de dúvida, consultar o Comitê de Ética e *Compliance*.

6. Reuniões e audiências com agentes públicos

6.1. Todas as reuniões, audiências e contatos com agentes públicos devem ter caráter institucional e deverão ser, preferencialmente:

- a) previamente agendadas, indicando, o assunto que será discutido, o nome dos participantes, data e hora de realização, bem como o nome do agente público que irá conduzir a reunião;
- b) formais;
- c) realizadas em espaços do órgão ou entidade pública, ou, ainda, nas dependências da BASIS;
- d) quando possível, com a presença de dois ou mais colaboradores da BASIS, devidamente treinados e previamente autorizados, ou um diretor;
- e) realizadas em dias e horários comerciais ou de funcionamento do respectivo órgão público.

7. Cooperação com as autoridades

7.1. A BASIS deverá cooperar com as autoridades públicas, inclusive em situações que envolvam investigações, notificações, autuações, fiscalizações e processos administrativos, fornecendo os documentos e informações solicitados, resguardados os seus direitos.

7.2. Em caso de fiscalizações ou investigações nas dependências da BASIS, a área responsável pelas práticas de *compliance* e a Diretoria deverá ser imediatamente comunicada para que sejam tomadas as providências legais cabíveis.

8. Contribuições Políticas

8.1. A BASIS não pode realizar qualquer tipo de contribuição a candidatos ou partidos políticos, em desconformidade com a legislação brasileira que regula doações eleitorais.

8.2. Os membros de órgãos estatutários ou colaboradores da BASIS podem realizar doações eleitorais em próprio nome, com recursos de sua titularidade, nos termos da legislação eleitoral, sempre deixando clara a ausência de qualquer vinculação com esta Companhia ou com seu trabalho, e comunicando ao Comitê de Ética e *Compliance*, em última instância, quando houver qualquer risco de ocorrer associação de eventual contribuição particular com a Companhia.

10. Patrocínios e doações filantrópicas

10.1. A BASIS somente poderá efetuar subvenções ou contribuições de qualquer natureza, inclusive à entidades filantrópicas, de cuja direção participem agentes públicos, após avaliação do Comitê de Ética quanto a eventuais riscos de violação às normas de integridade.

11. Medidas disciplinares

11.1. A violação desta política ensejará a aplicação das penalidades previstas na Política de Medidas Disciplinares, conforme seja decidido pelo Comitê de Ética, em última instância, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade do caso.

11.2. Adicionalmente, em casos mais graves, as violações a esta política poderão ser objeto de comunicação às autoridades competentes para apuração e eventuais sanções administrativas, cíveis ou criminais.